

Política de Ciência & Tecnologia: espaço de hegemonia masculina?

Vívian Matias dos Santos(*)

RESUMO

A política de Ciência e Tecnologia tem sido construída como um espaço de hegemonia masculina mesmo nos dias atuais, em que as mulheres conquistaram lugares significativos em todas as esferas da vida pública. Elas já representam a maior parte das matrículas no Ensino Superior no Brasil, e já começam a despontar nas carreiras científicas. Todavia, sua participação nos cargos decisórios da política de C&T ainda é pouco expressiva. Deste modo, este artigo objetiva analisar como tem ocorrido no Brasil a participação de mulheres e homens nas instituições definidoras desta política pública.

ABSTRACT

The Science & Technology Policy has been constructed as masculine hegemony place. Nowadays women conquest important location in the public sphere. On the other hand, they aren't present in the decision positions. So, this article objectives to analyse how happens the masculine and feminine participation in the science & technology's institutions in Brazil.

Palavras-chave: Gênero; Campo Científico; Política de C&T.

Keywords: Scientific Field; Science & Technology Policy.

Introdução: Ciência e Tecnologia como campo

A forma de existência do campo científico é marcada pela complexidade daquelas relações estabelecidas entre sua estrutura interna e as pressões externas. Estas últimas consistem na maneira como o campo da ciência se relaciona com os demais campos e, mais amplamente, com as conjunturas nas quais estão situados os seus respectivos sistemas simbólicos¹. *A grosso modo*, a estrutura do campo científico, vai ser determinada pela distribuição de capital científico entre suas e seus agentes que podem ser instituições ou indivíduos (ressaltando-se o fato de serem homens e mulheres). Mas então, o que seria capital científico, tão essencial na estruturação de um campo? Bourdieu diz que:

(...) o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (BOURDIEU, 2004, p.26).

Indivíduos e instituições têm um poder estruturante no interior do campo científico a partir da posição por estes ocupada. Tal posição é determinada e também determinante da acumulação de capital científico. O acúmulo de capital, e, conseqüentemente, de posições hierarquicamente mais elevadas, vai depender de como tais agentes têm seus trabalhos conhecidos pela comunidade científica, se são reconhecidos, consagrados, ou não.

Mas, ao mesmo tempo em que o reconhecimento de certos agentes estrutura o campo científico, a estrutura também exerce uma influência considerável sobre o processo de conhecimento e reconhecimento dos e das agentes. Ou seja, na comunidade científica a consagração de certas instituições e cientistas, se por um lado dão formas à estrutura da ciência, por outro, tal estrutura exerce pressão sobre a acumulação de capital científico destes agentes.

Acredito que seja relevante a compreensão de que embora os órgãos nacionais que consolidam a política de C&T estruturam o campo político, este de uma

maneira complexa, se interpenetra no campo científico. Assim, o sub-campo político da ciência e da tecnologia, ao mesmo tempo em que representa uma instância de caráter mais externo ao campo científico, quando, por exemplo, tem o poder de definir quais são as áreas prioritárias para financiamento, este representa também a maneira como se dão as relações de poder entre seus e suas agentes, visto que aqueles que conseguem assumir cargos importantes nestas instituições estruturantes da política nacional de C&T, são os próprios cientistas reconhecidos pela sua comunidade.

Dialogando com estes conceitos de Bourdieu, a compreensão do "como" e do "porquê" a ciência se construiu como uma estrutura de dominação masculina, torna-se estratégica em dois pontos: primeiramente compreender que "cientistas" são indivíduos agentes de um campo, e que sendo mulheres e homens, os códigos de gênero não deixam de exercer influência no que se refere ao conhecimento e reconhecimento de seus trabalhos, ou seja, na acumulação de capital científico; e em segundo lugar, perceber as instituições vinculadas à produção científica, assim como aquelas instituições financiadoras, que são também agentes que estruturam o terreno em que se desenvolve a ciência e a tecnologia.

A partir destes dois pontos - interdependentes - torna-se mais fecunda a análise das políticas no campo da ciência e da tecnologia, utilizando as relações de gênero como um modo fundante das relações de poder.

Por que pouquíssimas mulheres conseguem ocupar uma posição hierarquicamente mais elevada nas instituições científicas? Por que elas não têm o poder decisório na definição da Política de C&T nacional?

As instituições definidoras da política nacional de C&T: mulheres excluídas do processo decisório

No Brasil, a Política de Ciência & Tecnologia é elaborada e implementada por uma vasta rede que ultrapassa as instituições governamentais. Estão

¹ "É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação (...)" (BOURDIEU, 2003, p.11).

Política de Ciência & Tecnologia: espaço de hegemonia masculina?

envolvidos neste campo, atores nacionais e internacionais. Por se tratar de assunto por demais complexo e amplo, não adentrarei nesta discussão, visto que são os órgãos estatais que de fato me interessam conhecer, mesmo que minimamente.

A política nacional de C&T pode ser analisada estruturalmente, de uma maneira mais simplista, como sendo elaborada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), que é presidido pelo Presidente da República, tendo na secretaria o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). No que se refere ao fomento à pesquisa, tem-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que também contribui na elaboração desta política, e as fundações estaduais de apoio à pesquisa que atuam nos estados em caráter complementar aos recursos federais.

Entender como se articula no cenário brasileiro a política de C&T não é uma tarefa fácil. As competências de cada instituição se entrecruzam, deixando-nos por vezes com dúvidas no que se reporta à hierarquia estabelecida entre as mesmas. Assim, a seguir falarei um pouco sobre cada uma destas instâncias citadas acima. Todavia, o maior desafio ao qual me deparo, é perceber a constituição desta estrutura por meio da perspectiva de gênero. O que proponho é não somente descrever as competências de cada órgão por meio de uma contextualização histórica e legal, mas, sobretudo, perceber em que proporção se deu a participação de mulheres e homens neste campo.

No que concerne à dominação masculina, é imprescindível entender que se as mulheres tiveram e ainda têm tantas dificuldades no que se reporta ao reconhecimento e visibilidade de suas contribuições, a possibilidade de ocupar postos e cargos de decisão numa instituição de grande relevância na política de C&T nacional (para os quais se exige um grande poder político) torna-se ainda mais distante.

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

A opção por iniciar a incursão na política de C&T nacional por meio da apresentação do Ministério da

Ciência e Tecnologia (MCT), se deu por que este órgão tem, neste sub-campo político, uma área de competência mais abrangente que as demais que contemplarei mais adiante. O MCT é responsável, de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, por: "I - patrimônio científico e tecnológico, e seu desenvolvimento; II - política de ciência e tecnologia; III - política nacional de informática."²

Assim, como podemos ver, é de sua competência toda a política de C&T, que carregava em sua estrutura uma vinculação orgânica (não pacífica) entre os setores público estatal (ou não estatal), e privado. Foi desta forma que em 1985, foi criado o MCT considerando que:

(...) o impacto dos avanços científicos e tecnológicos sobre as condições de vida do homem com a sociedade - cada vez mais extenso e mais profundo - não pode passar despercebido ao Estado e aos Governos, em virtude da elevada missão que têm de zelar pelo bem comum; CONSIDERANDO que, no estágio de desenvolvimento do Brasil, impõe-se o estímulo à atividade empresarial no setor, bem como o desenvolvimento de um patrimônio de conhecimentos científico e de uma tecnologia nacional que atenda às necessidades do país (grifos nossos³).

Nada obstante, muitas vezes os interesses do empresariado não coincidem com a suposta missão de zelar pelo bem comum. Isso representa um conflito visceral no ato da criação do MCT, mas não é o foco prioritário de minha explanação.

Outro aspecto que foi levado em consideração na criação do MCT, foi perceber que na administração pública brasileira os órgãos e instituições de pesquisa e fomento à produção em C&T eram ineficazes no que se referia ao projeto de desenvolvimento da ciência e da tecnologia na nação, haja vista tratar-se de um "conjunto desarticulado, sem supervisão e orientação unificadas"⁴. O ministério, neste setor, seria então o articulador e supervisor de toda esta política.

O MCT é constituído, de acordo com o artigo 6º do mesmo decreto, por órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, tais como, respectivamente, os órgãos que compõem sua estrutura

2 Decreto nº 91.146 de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

3 Id.

básica⁵, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mas, mesmo tais órgãos e entidades sendo supervisionados pelo Ministério, continuam obedecendo às suas legislações específicas.

Aliás, a percepção da história de criação e de construção deste Ministério torna-se mais substancial para esta apreciação se levarmos em conta quem foram os ministros da Ciência e da Tecnologia, pensando se a distribuição de capital científico institucional foi ou é desdobrada de uma forma eqüitativa. Infelizmente, isso não ocorre. Ao longo de sua existência, somente homens estiveram à frente do MCT. No total, foram 11 Ministros, todos eles homens, e nenhuma vez este cargo foi ocupado por uma mulher.

Atualmente, o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva que são compostos por sete cargos - incluindo o de ministro - destes, dois são ocupados por mulheres, ou seja, temos 28,6% de participação feminina. Contudo, é importante sabermos não somente que há uma atuação pouco expressiva de mulheres neste setor, mais além, deve-se saber que tipo de posição ou de atividade estas assumem: a Coordenação do Cerimonial e a Chefia da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM). A coordenadora do cerimonial é a responsável pela organização de todas as cerimônias, isto é, cuida do "conjunto de formalidades que se deve seguir num ato solene ou festa pública" (FERREIRA, 1988, p.142). Já a ASCOM é a responsável pela prática do princípio da publicidade na administração pública, é quem divulga para a sociedade as informações sobre as ações do ministério. Não diminuindo a importância destes cargos, vale dizer que, dentre os demais, são estes os que mais se distanciam da gestão da política de C&T propriamente dita nestes setores.

Ainda não existem dados sobre a participação de mulheres e homens no MCT. Isso se complica tendo em vista o escasso número de estudos de gênero na política de Ciência e Tecnologia. Os poucos dados que apresentei acima, foram elaborados a partir da contagem de mulheres e homens por seus respectivos nomes. Este

é um trabalho artesanal e bastante demorado, o que dificulta pesquisas aprofundadas sobre cada uma das instituições de C&T. A não disponibilização de estatísticas por sexo é preocupante, pois demonstra um desinteresse por parte de tais instituições pela problemática da desigualdade de gênero.

Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT

Com a criação de MCT em 1985 a política de Ciência e Tecnologia nacional, de maneira mais específica, passa a ser mais fortemente de responsabilidade do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), o qual, de acordo com a Lei nº 9.257/1996, é o "órgão de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico"⁶.

O CCT possui as seguintes competências:

- I - propor a política de Ciência e Tecnologia do País, como fonte e parte integrante da política nacional de desenvolvimento;
- II - propor planos, metas e prioridades de governo referentes à Ciência e Tecnologia, com as especificações de instrumentos e de recursos;
- III - efetuar avaliações relativas à execução da política nacional de Ciência e Tecnologia;
- IV - opinar sobre propostas ou programas que possam causar impactos à política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como sobre atos normativos de qualquer natureza que objetivem regulamentá-la (Art. 1º da Lei 9.257/96).

Anteriormente, ao ser fundado pelo Decreto nº 75.241 de 16 de janeiro de 1975, o CCT se restringia à função

4 Id.

5 A Estrutura básica do MCT é constituída por Órgãos de Assistência Direta e Imediata do Ministro (Gabinete do Ministro - GM, Consultoria Jurídica, Coordenadoria de Comunicação Social - CCS, Divisão de Segurança e Informações - DSI); Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro (Secretaria-Geral - SG, Secretaria de Controle Interno - Ciset); Órgãos Centrais de Direção Superior das Atividades Auxiliares (Departamento de Administração - DA, Departamento Pessoal - DP).

6 Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/leis/9257_96.htm>. Acesso em: 18 dez. 2005.

Política de Ciência & Tecnologia: espaço de hegemonia masculina?

de órgão consultivo do então Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), tendo sua capacidade de atuação "prejudicada pelo frágil ordenamento hierárquico, pelo envolvimento predominante em ações tradicionais de fomento à ciência, e pelo excesso de preocupação da agenda com questões de curto prazo"⁷.

Na sua atual versão, que começou a ser construída a partir de 1985, ele passou a ser o órgão consultivo de assessoramento da Presidência da República, fortalecendo suas missões⁸ de definir, elaborar e avaliar a execução da política de C&T. Hoje o CCT desempenha um papel fundamental na definição da política nacional de Ciência e Tecnologia, sendo presidido pelo Presidente da República, tendo como seu secretário o Ministro de Ciência e Tecnologia.

Em seu universo, O CCT é composto por 13 representantes do Governo Federal⁹, 8 Representantes dos Produtores e Usuários de C&T com respectivos suplentes, e 5 Representantes de entidades nacionais representativas dos setores de ensino, pesquisa e C&T. A atuação destes representantes se dá por meio de sua organização em torno de Comissões Temáticas, Setoriais e Temporárias, divididas da seguinte forma: Comissão de Prospectiva, Informação e Cooperação Internacional (CPICI); Comissão de Desenvolvimento Regional e Inclusão Social (CDRIS); Comissão de Coordenação (CC); Comissão de Acompanhamento e Articulação (CAA); Comissão de Sistemas e Inovação Tecnológica (CSIT); Comissão de Assuntos de interesse da Defesa (CAID)¹⁰.

No que se refere à atuação de mulheres e homens agentes no CCT, de acordo com uma pesquisa por mim realizada no *site* do MCT no mês de dezembro do ano de 2005, pude constatar (utilizando o mesmo método de contagem por sexo por meio dos nomes) que a participação feminina é quase nula. De um total de 34 membros que compõem o CCT, apenas havia nesta data 1 mulher - Dilma Viana Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil.

Tendo em vista que o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia é o órgão definidor da política de C&T no Brasil, a inexpressiva participação feminina deve suscitar sérias reflexões acerca da marginalização das mulheres no cenário científico nacional. Sabe-se que elas sofrem ainda as conseqüências de uma inserção tardia no ensino superior, mas será mesmo este o único fator a contribuir para tal fenômeno? Acredito que não. O campo científico se estrutura a partir das relações de poder que se estabelecem entre seus e suas agentes de uma forma também sexuada. A distribuição de capital científico entre homens e mulheres, pelo que podemos presumir a partir das estatísticas demonstradas acima, ainda não se dá de forma totalmente diferente de como se dava na época em que as mulheres eram discriminadas de forma mais explícita.

A crescente participação das mulheres nas universidades e nas pesquisas desenvolvidas nestes recintos vem, muitas vezes, mascarar os mecanismos que hegemonizam ainda hoje a dominação masculina neste espaço. Por isso é importante investigarmos se o sexo feminino já atua também naqueles cargos que necessitam de uma maior acumulação de capital político, além do reconhecimento de seu trabalho na área da ciência e/ou da tecnologia. Assim, estes dados nos fazem perceber que a invisibilidade das mulheres na ciência ainda não foi de fato rompida, e que as mulheres para atingirem postos de trabalho hierarquicamente mais elevados dentro de uma instituição do campo científico e tecnológico, têm que se esforçarem muito mais do que os homens em iguais condições de formação e produção científica.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) foi criado a partir da Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, e tinha como "finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica

7 Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

8 O ATUAL CCT. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

9 Os Representantes do Governo federal são membros permanentes: Ministros da Ciência e da Tecnologia, Chefe da Casa Civil, da Defesa, da Educação, da Fazenda, das Comunicações, da saúde, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional; o Secretário de Comunicações do Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República; e o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

10 COMISSÕES. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/cct/comissoes.htm>>. Acesso em: 18 dez.. 2005.

em qualquer domínio do conhecimento" (Artigo 1º)¹¹. No § 1º do mesmo artigo, consta que o Conselho é pessoa jurídica subordinada direta e imediatamente ao Presidente da República, gozando de autonomia técnico-científica, administrativa e financeira.

As demandas para a criação de uma instituição que fomentasse e coordenasse o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil remonta já do período entre guerras, quando em 1931 a Academia Brasileira de Ciências (ABC) sugeriu ao governo, por vias formais, a criação de um Conselho de Pesquisas. Em 1936 a proposta foi aceita pelo Presidente Getúlio Vargas, mas recusada pelos Parlamentares. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com os significativos avanços da tecnologia aérea, bélica e farmacêutica, que as autoridades de vários países perceberam a importância da pesquisa científica e tecnológica, principalmente no que se referia à energia nuclear.

*(...) A bomba atômica era a prova real e assustadora do poder que a ciência poderia atribuir ao homem. A partir daí, diversos países começaram a acelerar suas pesquisas ou mesmo a montar uma estrutura de fomento à pesquisa, como no caso do Brasil. Apesar de detentor de recursos minerais estratégicos, o país não tinha a tecnologia necessária para seu aproveitamento.*¹²

Devido a isso, a origem do CNPq esteve estreitamente vinculada à força militar, especialmente na pessoa do Almirante engenheiro Álvaro Alberto da Motta e Silva, então representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). Este, juntamente com a ABC, propôs a criação do Conselho em 1946, sendo aprovada a respectiva lei somente em 1951.

Considero relevante aqui tecer algumas considerações acerca do contexto pós-guerra, que abriu precedentes

para o acento na importância da pesquisa científica não somente no Brasil, mas em muitos países. A Guerra pode ser vista como algo que se transformou num "motor" para o desenvolvimento científico e tecnológico, tanto que de maneira geral:

Luego de la Segunda Guerra Mundial, en los gobiernos de los países aliados se formó el consenso de que se había vencido gracias a la investigación científica aplicada al armamento y a los medios de transporte y se había reducido el tiempo del conflicto ahorrando considerables recursos económicos y vidas humanas (NEFFA, 2000, p.27).

Noto que no Brasil o investimento inicial em determinadas áreas de conhecimento, excluiu as mulheres da política científica. A principal meta do CNPq de então foi proporcionar a formação de recursos humanos qualificados para pesquisa, concedendo bolsas e auxílios voltados para o estudo, e a formação. No primeiro momento, os campos da ciência ligados à Física receberam prioridade no tocante aos incentivos. Esta, sendo uma área tradicionalmente masculinizada, possibilitou já num momento inicial, dentre outras coisas, a construção de uma cultura masculina no campo científico nacional (e na política de C&T), ao passo que as mulheres eram excluídas destes espaços.

É interessante mencionar que ainda hoje a física continua sendo considerada uma carreira masculina. Numa pesquisa realizada por Melo & Lastres¹³, ao longo da década de 1990 a participação feminina nas bolsas individuais concedidas pelo CNPq não ultrapassou 19,6%, enquanto que os homens mantiveram sua margem de atuação na casa dos 80%.

Até o ano de 1974, de acordo com o Artigo 6º da Lei 1310/51, o CNPq era composto pelo seguinte quadro: Conselho Deliberativo, "(...) órgão soberano de orientação das atividades do Conselho Nacional de Pesquisas" (Art. 7º); Divisão Técnico-científica, "(...)

11 BRASIL. Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.prossiga.br>>. Acesso em: 25 maio 2004.

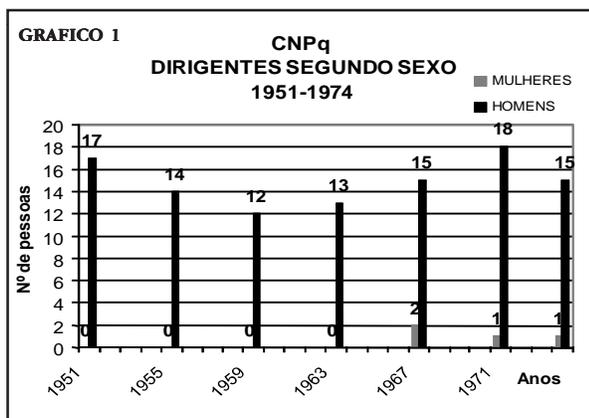
12 HISTÓRIA. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/sobrecnpq/historia.htm>>. Acesso em: 25 maio 2004.

13 MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria Martins. *Ciência e Tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso CNPq*. Disponível em: <<http://www.cbpf.br/~mulher/hildete2.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2006.

Política de Ciência & Tecnologia: espaço de hegemonia masculina?

encarregada de elaborar os planos gerais de pesquisa, relacionados com as objetivos do Conselho" (Art. 9º); Divisão Administrativa, que tinha "(...) a seu cargo os serviços de Administração, Contabilidade e Documentação" (Art. 10º).

No que se reporta aos Dirigentes do Conselho, desde sua criação até 1974, ou seja, mais de duas décadas, nenhuma mulher ocupou a presidência ou a vice-presidência da instituição. Na diretoria da Divisão Técnico-científica¹⁴, no intervalo 1951-1965, de um universo de 141 diretores¹⁵, também a participação foi 100% masculina. A partir de 1966, percebemos uma pequena mudança, deste ano até 1970 foi registrada a participação das primeiras mulheres (2). Já no período de 1971 a 1974, a presença feminina manteve-se representada por 1 mulher no quadro de diretores (Ver gráfico 1).

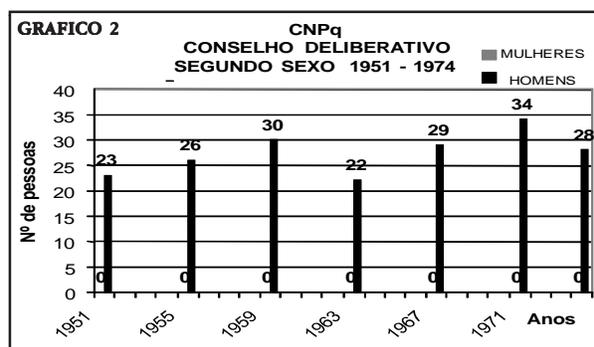


Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2006.

O fato de terem sido inseridas as primeiras mulheres no núcleo dirigente do Conselho, mesmo que em termos de representação percentual tão baixa, pode significar um avanço diante da total exclusão. Porém, se olharmos mais atentamente notamos que esta maior abertura para a atuação feminina não significa de fato uma quebra com o paradigma da divisão sexual do trabalho, que se apresenta de forma hierárquica e territorializada. Os

cargos ocupados pelas primeiras mulheres diretoras do CNPq, foram: Diretora da Divisão de Serviços Gerais e Diretora da Divisão de Pessoal. Estes cargos, mesmo estando localizados dentro do espaço da Política de Ciência e Tecnologia nacional, se aproximam mais das atividades tradicionalmente tidas como femininas - a gerência da limpeza e da organização do ambiente e também no trabalho que supostamente requer uma maior capacidade relacional - do que dos demais cargos dirigentes e definidores desta política.

A situação das mulheres é ainda pior no Conselho Deliberativo, de onde foram totalmente excluídas no período de 1951 a 1974, que caracteriza a primeira fase do CNPq (Ver gráfico 2)¹⁶. Posteriormente, em 1985, que o Conselho passou a ser vinculado diretamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, órgão que, substituindo a SEPLAN/PR, passou a ser o centro do planejamento estratégico da Política de C&T no Brasil.



Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2006

Foi com esta lei - nº 6.129 de 06.11.1974 - que o CNPq inicial tornou-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, permanecendo com a mesma sigla. A fundação, então, passa a ter como finalidade:

(...) auxiliar o Ministro de Estado Chefe da SEPLAN/PR [depois do MCT] (...) principalmente quanto à análise de planos e

14 A Lei 1310/51, determina no § 1º do Art. 9º, que a "direção da Divisão Técnico-Científica será exercida por 1 (um) Diretor Geral e a de cada Setor por 1 (um) Diretor de Pesquisas, de livre designação do Presidente, escolhidos, ou não, dentre os membros de Conselho e sujeitos ao regime de tempo integral".

15 Somando-se os demais cargos e seus respectivos substitutos.

16 Esta fase tem seu fim (não no que diz respeito à marginalização feminina) com a Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974, sancionada por Ernesto Geisel, por meio da qual o CNPq passa a ser de personalidade jurídica de direito privado, sob forma de fundação, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR). Ver: BRASIL. Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2004.

programas setoriais de ciência e tecnologia e quanto à formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecida pelo Governo Federal. (Artigo 1º).

Nota-se que o CNPq é uma das principais instituições definidoras da política de C&T nacional, e que a ausência das mulheres em seu corpo é sintomática da posição desvantajosa em que elas se encontram no campo científico. Nesta fase, a participação feminina entre os Dirigentes manteve-se praticamente a mesma, permanecendo longe de uma representação igualitária em relação aos homens (Ver tabela).

Tabela 1- CNPq - Diretoria da Divisão Técnico-Científica por sexo 1974 - 2004

	Anos				TOTAL	%
	1974	1984	1994	2004		
MULHERES	1	3	2	1	7	7,29
HOMENS	14	36	31	8	89	92,71
TOTAL	15	39	33	9	96	100,00

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2006.

Em 1975 o Conselho Deliberativo foi substituído pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que em 1985 - devido à criação do MCT - deixou de ser um órgão consultivo no CNPq para auxiliar diretamente a Presidência da República. Neste intervalo de uma década, enquanto foi um órgão consultivo do CNPq, o CCT teve uma participação feminina irrisória, como já foi explicitado anteriormente. Neste período, apenas foi observada a presença de 1 mulher, Yeda Pinheiro Dick¹⁷, nos anos 1980 a 1982.

A partir de 1986, o órgão consultivo superior do CNPq volta a ser o Conselho Deliberativo. Este, a partir da Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002, "é órgão superior de fixação da política e de orientação das

atividades do CNPq e sua instância máxima de deliberação (...)" (Art. 6º). Nesta nova etapa, houve um crescimento da presença feminina no Conselho, que da total ausência em 1986, passa para 2 mulheres em 1996, e, no ano de 2006, elas são 3 contra uma participação de 14 homens.

O crescimento observado nesta instância da política nacional de C&T é algo que deve ser compreendido como mais um dos diversos avanços neste campo, um daqueles que não necessariamente impede que haja retrocessos, visto que não há ainda de fato uma ruptura com a lógica da desigualdade de gênero.

No que diz respeito ao financiamento de estudos e pesquisas pelo CNPq, existe pouca coisa escrita. Soares (2001) afirma que a maioria dos estudos que existem acerca da participação das mulheres em Ciência & Tecnologia no Brasil foram publicados anteriormente aos anos 1990, e que atualmente tornam-se mais acessíveis estatísticas acerca da problemática em países norte-americanos e europeus. Neste sentido, o estudo do caso CNPq realizado por Melo & Lastres (2006), torna-se uma fonte preciosa de informação. Neste, percebe-se que a inserção tardia das mulheres na universidade reflete-se diretamente na participação destas nas bolsas de pesquisa e de formação acadêmica - Iniciação Científica (IC), Mestrado, Doutorado, e Pesquisa¹⁸.

Contudo, vale dizer que os estudos realizados por meio dos dados do CNPq nos permitem uma avaliação preciosa, mas, somente parcial da real situação das mulheres na política de C&T nacional. Informações a respeito das demais fundações estaduais de apoio à pesquisa são necessárias¹⁹ para que se delinheie uma compreensão mais aproximada desta questão, e somente então, se de fato ainda se observam mecanismos de

17 Yeda Pinheiro Dick possui graduação em Química Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1959), especialização em Físico Química de Proteínas pela Max Planck Institut Für Eiweiss U Lederforschung München (1966), especialização em Físico Química de Proteínas pela Max Planck Institut Für Biochemie München (1975), especialização em Físico Química de Proteínas pela Universidad de Buenos Aires (1973) e especialização em Compostos de Coordenação pela University of Oxford (1958). Atualmente é Sócia Efetiva do Associação Brasileira de Química, Sócia Efetiva da Sociedade Brasileira de Química, Sócia Efetiva da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular e Membro efetivo do Conselho Regional de Química. (Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes). Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/5941247644505291>>. Acesso em 30 dez. 2006.

18 Na década de 1990, de acordo com as autoras, houve uma mudança no perfil dos novos cientistas: as mulheres passam a ser maioria entre bolsistas de IC. Por outro lado, a participação feminina nas pesquisas financiadas não ultrapassa os 30% ao longo de toda a década (MELO & LASTRES, 2006, p.3).

19 Nesta perspectiva, no Estado do Ceará foi realizado um estudo sobre a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Ver: MATIAS DOS SANTOS, Vivian. *Ruptura dos códigos de gênero ou mecanismos sutis de discriminação?* Mulheres e homens na política de fomento à ciência e tecnologia: Um Estudo da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Fortaleza-Ce: UECE, 2007.

Política de Ciência & Tecnologia: espaço de hegemonia masculina?

discriminação²⁰ neste espaço, poderão ser elaboradas políticas públicas de combate à desigualdade de gênero mais eficientes.

Considerações Finais - uma proposta para uma melhor compreensão da Política de C&T

Creio que seja necessária a tentativa de observar a participação de mulheres e homens na política de C&T nacional de forma mais panorâmica, para que análises mais específicas das políticas de fomento locais possam surgir de maneira mais situada e aprofundada.

Tendo isso em vista, é interessante às pesquisadoras e aos pesquisadores da política de C&T saber em que proporção mulheres e homens conseguiram participar das esferas decisórias desta política pública tornando-se *dominantes temporais*²¹ neste campo, pois:

O certo é que, quanto mais a autonomia adquirida por um campo for limitada e imperfeita e mais as defasagens forem marcadas entre as hierarquias temporais e as hierarquias científicas, mais os poderes temporais que se fazem, com frequência, os retransmissores dos poderes externos poderão intervir em lutas específicas, especialmente mediante o controle sobre os postos, as subvenções, os contratos etc. (...) Como as diferentes disciplinas científicas têm necessidade de recursos econômicos para se manter, em diferentes graus, alguns pesquisadores, às vezes convertidos em administradores científicos (...), podem (...) exercer sobre a pesquisa um poder que se pode chamar de tirânico (...), uma vez que não encontra seu princípio na lógica específica do campo (BOURDIEU, 2004, p.41, grifos nossos).

Temos que saber que a acumulação de capital institucional por determinados agentes pode redefinir e redirecionar a estrutura do campo científico, visto que estes têm o poder de intervir de maneira brusca nos conflitos, ou nas lutas específicas existentes no interior do campo. As lutas pela visibilidade, valorização e reconhecimento das mulheres na ciência podem ser algumas delas.

Além disso, defendo que a análise de gênero da Ciência e da Tecnologia requer uma abordagem diferenciada daquela que se costuma realizar por meio do enfoque em C,T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), o qual não dá conta de como se estabelecem as relações entre este campo e a sociedade em seus diversos segmentos. Não seria possível compreender porque as mulheres têm maior dificuldade em ocupar cargos para os quais necessite de um poder político mais elevado; ou porque elas ainda costumam atuar predominantemente em certas áreas de conhecimento tidas como "naturalmente femininas".

Para tanto, o enfoque CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade - é fundamental. A perspectiva dos estudos CTS, de acordo com Sedeño (2004), pode ser definida como uma abordagem multidisciplinar por dialogar com disciplinas como a economia, a filosofia, a história, a sociologia, a política científica e também, a teoria feminista. Além disso, pode ser considerada como um campo transdisciplinar, pois "não se trata apenas de estudar a ciência - ou a tecnologia - a partir de cada uma daquelas disciplinas: o uso de todas elas produz uma visão mais acurada e completa da ciência, tal como ela é" (p. 202).

Esta tipologia de abordagem possui as seguintes características básicas:

20 Além da discriminação de gênero, vale dizer que há também a construção histórica de uma desigualdade regional na política de C&T no Brasil. À região Nordeste no ano de 2002 foram concedidas pelo CNPq 11% do total de bolsas, ocupando o 3º lugar dentre as demais regiões, ficando atrás da região Sudeste (65%) e do Sul (17%). Nota-se, que o total de bolsas destinadas para a região Sudeste, é quase duas vezes o número de bolsas do Nordeste e do Sul somadas.

21 De acordo com Bourdieu (2004), *dominantes temporais* são aqueles agentes que conseguiram acumular capital político (ou institucional). Já os *dominantes espirituais*, são aqueles que acumular

(...) é antiessencialista a respeito da ciência; mantém um compromisso não explicativo com as práticas científicas; postula o caráter material, local e discursivo do conhecimento científico; enfatiza a abertura (openness) cultural da ciência; defende a subversão das concepções de ciência que afirmam a neutralidade de seus valores e mantém seu compromisso com a crítica epistêmica e política dentro da cultura da ciência (SEDEÑO, 2004, p.202).

É seguindo este caminho que realizo este estudo, postulando que o lugar ocupado pelas mulheres na comunidade científica, e a forma como elas são pensadas por teorias que se mantiveram hegemônicas neste espaço, são produtos da intrínseca relação estabelecida entre o campo da ciência e da tecnologia e a sociedade, pois "os valores da sociedade em geral permeiam e influenciam os da comunidade científica particular" (SEDEÑO, 2004, p. 221). Assim, os estereótipos de gênero foram reafirmados e legitimados por correntes intelectuais de forte expressão, resguardadas por uma suposta neutralidade científica. É obvio que isso interfere de maneira direta na política de C&T.

As relações sociais da ciência integram-se com as da sociedade em geral de diversas maneiras. As formas de dirigir e os códigos para entender a vida natural e social (ciência e política) necessitam-se e adaptam-se mutuamente; a conceptualização do mundo social e natural forma parte do trabalho de direção (política científica) (SEDEÑO, 2004, p.225).

Melhor dizendo, as relações sociais (que possuem um caráter sexuado) influenciam organicamente na construção do campo científico e vice-versa. Isso se estende também à política de ciência e tecnologia, por ser uma esfera de decisão que não se mantém ileso nesta dialética.

Além disso, a perspectiva CTS, ao dar relevo às relações estabelecidas entre a ciência e a tecnologia com a sociedade, possibilita também a contextualização social dos conteúdos científicos e tecnológicos e os impactos que estes provocam na sociedade em todos os sentidos possíveis. Ao pleitear que a Ciência deve ser acessível para todas as pessoas, pretende promover uma participação responsável dos cidadãos e das cidadãs, que seja bem informada e com fundamentos nas políticas científicas e tecnológicas para um desenvolvimento mais justo e sustentável (DÍAZ *et al.*, 2003, p.14).

Deste modo, sabendo que a Ciência como "autoridade cognitiva de nosso tempo" pode exercer ação justificadora de uma ideologia, torna-se menos distante compreender os desdobramentos que puseram as mulheres às margens da esfera decisória da política científica e tecnológica, fato que se pode observar nas instituições analisadas neste artigo.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbaba Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Decreto nº 75.241 de 16 de janeiro de 1975. Cria o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

_____. Decreto nº 91.146 de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

_____. Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.prossiga.br>>. Acesso em: 25 maio 2004.

_____. Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2004.

_____. Lei nº 9.257 de 09 de Janeiro de 1996. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/leis9257_96.htm>. Acesso em: 18 dez. 2005.

DÍAZ, José Antonio A., *et al.* Papel de la educación CTS en una alfabetización científica y tecnológica para todas las personas. In: *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*. V.2, N. 2, 2003. Disponível em: <[76](http://</p>
</div>
<div data-bbox=)

Política de Ciência & Tecnologia: espaço de hegemonia masculina?

www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen2/Numero2/art1.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2005.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria Martins. *Ciência e Tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso CNPq*. Disponível em: <<http://www.cbpf.br/~mulher/hildete2.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2006.

NEFFA, Júlio César. *Las Innovaciones científicas y tecnológicas - Una introducción a su economía política*. Buenos Aires/ Argentina: Editorial Lumen/HVMANITAS, 2000.

SEDEÑO, Eulália P. Ciência, valores e guerra na perspectiva CTS. In: GOLDFARB, Ana Maria A.; et al. (org.). *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/ Livraria Editora da Física/Fapesp, 2004. (p.201-229)

SOARES, Thereza Amélia. Mulheres em Ciência e Tecnologia: ascensão limitada. *Quim. Nova*. v. 24, n. 2, 2001. (281-285p). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100_40422001000200020&Ing=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jan. 2006.